

A despeito da percepção de aumento do risco de violência em Santa Teresa, alguns dos principais índices de criminalidade do bairro têm se mantido relativamente estáveis ao longo dos últimos anos. As taxas de homicídio (número de homicídios dolosos por cem mil habitantes), que chegaram a 132,9 em 1995, declinaram e se mantêm próximas do patamar de 50 por cem mil habitantes desde 1999 (43,1 em 1999; 53,4 em 2000; 37,0 em 2002 e 47,3 até agosto de 2002). Embora o número absoluto de homicídios no bairro varie entre 2 a 5 por mês, é bom lembrar que para o tamanho da população de Santa Teresa isso representa uma taxa próxima à taxa média de homicídios na cidade do Rio de Janeiro. Já no caso dos roubos e furtos de veículos, as taxas têm ficado abaixo da média da cidade, com exceção de 2000, quando esses índices ficaram ligeiramente acima, e de alguns meses de pico (mais de 10 veículos roubados), como em alguns meses a partir de abril de 2002.

Entre as razões para a percepção ampliada de risco encontram-se eventos marcantes na história do bairro, como crimes violentos ocorridos dentro das residências. Ainda que essas tragédias não representem incremento significativo de estatísticas, elas têm enorme impacto simbólico não apenas para os moradores, mas também para a representação do bairro perante a cidade, como ocorreu, por exemplo, no caso do assassinato de Márcia Lyra, em abril de 2001. Outro fator que amplifica a percepção de insegurança é a geografia de Santa Teresa. O “ruído da violência”, produzido pela rede armada do narcotráfico que se estabeleceu nas favelas do Rio a partir da década de 1980 e se intensificou nos anos 1990, é audível a partir de todas as encostas, não existindo praticamente nenhum ponto do bairro livre da presença ou do rumor das armas e, em muitos lugares, de bailes *funk* não legalizados.

Santa Teresa, por outro lado, apresenta características únicas na relação com a segurança, que vêm permitindo vislumbrar a construção de respostas originais à problemática da violência. Em primeiro lugar, a forte identidade de bairro, que produz a noção de “ser de Santa Teresa”, na qual os desafios de segurança tendem a ser experimentados mais coletivamente (sendo “do bairro”) do que individualmente (sendo da casa ou do prédio). Uma outra característica diferencial de Santa Teresa é um tipo de tradição comunitária que tem mantido aproximadas, ainda que dentro de limitações, aspirações e reivindicações dos moradores do asfalto e da favela. Por último, Santa Teresa possui uma peculiaridade que favorece a realização de experiências com planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de segurança: o fato de uma única delegacia de polícia (DP) abranger todo o território bairro, e apenas deste bairro – ao contrário do que ocorre em quase todas as outras circunscrições policiais da cidade.<sup>2</sup>

Algumas experiências importantes têm sido realizadas no campo da segurança. Uma delas é o policiamento no interior do bonde. O policial que circula no bonde não apenas protege os passageiros, mas tem a visão do bairro a uma velocidade compatível com o bairro, é visto pelos moradores e fica integrado à paisagem e à vida da vizinhança. Isso configura um tipo de patrulhamento dentro dos preceitos do policiamento comunitário e é um indicador das possibilidades de ampliação das práticas comunitárias, como a participação de moradores no treinamento de policiais e a criação de uma “marca” de Santa Teresa - de forma que o policial também se perceba como sendo “de Santa Teresa” e fazendo um policiamento próprio para o bairro<sup>3</sup>. Outra experiência importante é o Conselho Comunitário de Segurança, que reúne mensalmente moradores e representantes de entidades do bairro com os responsáveis pela AISP (Área Integrada de Segurança Pública): o delegado titular da 7ª DP, o comandante do 1º BPM (Batalhão de Polícia Militar) e seus auxiliares. É digno de nota o fato de o Conselho de Santa Teresa ser um dos poucos que permanece em funcionamento entre as 32 AISPs criadas no Rio de Janeiro, em 1999.

---

<sup>1</sup> Silvia Ramos é coordenadora de área do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/UCAM).

<sup>2</sup> Todos os crimes ocorridos em Santa Teresa devem ser notificados à 7ª DP, ao mesmo tempo que a 7ª DP registra crimes apenas de Santa Teresa, permitindo monitorar com extrema facilidade o aumento ou decréscimo de delitos, além de sua localização geográfica (mapeamento). Esse desenho de circunscrição de polícia só ocorre, no Rio de Janeiro, nos bairros de Santa Teresa e Ilha do Governador.

<sup>3</sup> Nas favelas, o policiamento comunitário deve ser realizado nos moldes do GPAAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), como a experiência desenvolvida nas comunidades de Cantagalo e Pavão/Pavãozinho.

Finalmente, para pensar prospectivamente violência e segurança em Santa Teresa, é preciso considerar que a “cidade partida” (o abismo entre a vida das favelas e do asfalto) é vivenciada radicalmente na esfera da segurança. A natureza e a intensidade da violência, principalmente da violência letal, são quantitativa e qualitativamente mais graves na favela, e a polícia na favela é praticamente “outra polícia”: mais violenta e menos sujeita a mecanismos de controle e supervisão. Pelas características e potencialidades singulares do bairro, talvez não seja um sonho imaginar que Santa Teresa possa vir a desenvolver uma agenda de segurança inovadora, com experiências-piloto que levem em conta o charme, a tradição e as necessidades diferenciadas dos seus habitantes, e que ajudem o Rio de Janeiro a equacionar os desafios desta década na área de segurança e cidadania.

Texto Publicado no Documento: **Agenda 21**